

## Jornalismo e figuras de retórica: O uso da história como mobilização persuasiva

Eliza Bacheга Casadei

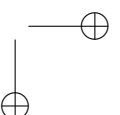
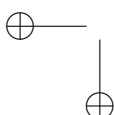
Universidade de São Paulo (ECA-USP), Brasil

**J**Á Aristóteles, em sua *Retórica*, atestava o valor do passado enquanto um poderoso recurso argumentativo de ordem comparativa. Ao discorrer sobre o convencimento através do Exemplo, o autor destaca que ele pode ser manipulado a partir de duas variedades: ou como menção dos fatos passados recentes (através de dados históricos de conhecimento geral) ou na invenção dos fatos pelo orador (tais como nas fábulas ou nos paralelos ilustrativos). Aristóteles sublinha, no entanto, que, embora as fábulas tenham a vantagem de ser comparativamente fáceis de inventar, o uso do passado recente possui um poder de convencimento mais acentuado. Para o filósofo, a vantagem argumentativa do uso das fábulas e dos acontecimentos factuais do passado recente é criar a impressão, na plateia, de que “o futuro será tal como foi o passado” (2007: 121).

A maneira de transformar o “futuro tal como foi o passado” despertou o interesse de muitos autores que buscaram compreender a forma como os dados históricos poderiam ser retoricamente manipulados de forma a justificar interesses e demandas políticas específicas da atualidade. Em um brilhante ensaio sobre o sentido do passado, Eric Hobsbawn discorre sobre o fato de que, muitas vezes, a História de um povo (definida como “o período imediatamente anterior aos eventos registrados na memória de um indivíduo”) pode se tornar um tribunal de apelação para disputas e incertezas do presente: “a lei é igual ao costume, sabedoria dos mais velhos, em sociedades iletradas; os documentos que consagram esse passado e que, com isso, adquirem certa autoridade espiritual, fazem o mesmo em sociedade letradas ou parcialmente letradas”<sup>1</sup> (HOBSBAWN, 2005: 23). Ela é capaz de legitimar tanto a conti-

---

<sup>1</sup>Para Hobsbawn, Mesmo que o peso legitimador do passado pareça ser muito maior em sociedades arcaicas, ele não está ausente nas sociedades complexas e indica, apenas, que “a hegemonia de uma forma (mudança histórica) não exclui a persistência, em diferentes meios e circunstâncias, de outras formas de sentido do passado” (HOBSBAWN, 2005: 35).



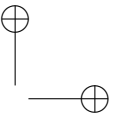
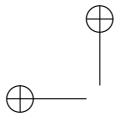
nuação de uma circunstância quanto se tornar uma máscara para a inovação das condições sociais.

O passado, nesta perspectiva, se configura como um poderoso recurso argumentativo na medida em que funciona como uma espécie de “repositório de precedentes” capaz de justificar uma série de demandas políticas relacionadas à concepção da “sociedade boa”. Embora a afirmativa de que os homens nada aprendem com a História poder ser contrariada por uma série de fatos observáveis, Hobsbawn chama a atenção para os abusos na manipulação dos dados históricos na medida em que os historiadores podem se transformar, imersos neste funcionamento, em produtores básicos de matéria-prima que pode ser convertida em propagandas, mitos e anacronismos. Os usos da História operacionalizados pelos governos fundamentalistas é um dos exemplos concretos apontados por Hobsbawn para ilustrar esse mecanismo:

Ora, a história é a matéria-prima para as ideologias nacionalistas ou étnicas ou fundamentalistas, tal como as papoulas são a matéria-prima para o vício da heroína. O passado é um elemento essencial, talvez o essencial nessas ideologias. Se não há um passado satisfatório, sempre é possível inventá-lo (...). O passado legitima. O passado fornece um pano de fundo mais glorioso a um presente que não tem muito o que comemorar (HOBSBAWN, 2005: 17).

Para Paul Ricoeur (2007), os abusos na manipulação dos dados históricos estruturam-se em torno de um “dever lembrar-se”. Na medida em que a memória exercida institucionalmente é sinônimo de memória ensinada, a rememoração dos fatos históricos comuns marca os acontecimentos fundadores das identidades comuns. E, a partir disso, o enquadramento da memória opera o fechamento da narrativa em torno de um modelo identitário da comunidade, através de uma História que é ensinada, aprendida e celebrada. É a isso que Paul Ricoeur se refere quando fala do “temível pacto” que é estabelecido entre rememoração, memorização e comemoração (RICOEUR, 2007: 98).

Em alguns casos, e especialmente no que concerne às comemorações, o uso da memória histórica reveste-se de um “dever lembrar-se”. Trata-se de um elemento imperativo e de um aspecto da memória em que ela é conectada diretamente ao conceito de “justiça”: é “a justiça que, ao extrair das lembranças traumatizantes seu valor exemplar, transforma a memória em projeto; e é esse mesmo projeto de justiça que dá ao dever de memória a forma do futuro e do



imperativo” (RICOEUR, 2007: 101). Essas regras internas do “dever lembrar-se” se estruturam em torno de: (1) a presença de um “outro” a quem se deve fazer justiça; e (2) o reconhecimento de uma herança. Portanto, “não se trata mais, obviamente, de manipulações no sentido delimitado pela relação ideológica do discurso com o poder, mas, de modo mais sutil, no sentido de uma direção de consciência que, ela mesma, se proclama porta-voz da demanda de justiça das vítimas” (RICOEUR, 2007: 102).

O presente artigo busca avaliar como as figuras de retórica do tipo comparativo que utilizam os dados históricos em sua composição são utilizadas no jornalismo enquanto um recurso argumentativo. De acordo com Latuf Isaias Mucci, as figuras de retórica podem ser classificadas de acordo com o seguinte parâmetro: “(1) aquelas que envolvem efetivamente uma comparação (analogia, personificação, tropo) e (2) aquelas que normalmente não comparam coisa alguma (hipérbole, lítotes, ironia)” (MUCCI, 2009). Analisaremos, portanto, o funcionamento dos dissemios, das alegorias e das comparações que são formadas a partir de dados do passado como forma de criar determinados efeitos de sentido para o presente, usados por jornalistas na elaboração das reportagens.

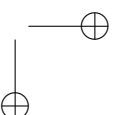
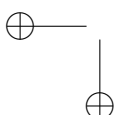
Para isso, analisaremos textos publicados na revista *Veja*, no período de 1968 a 2008, que faziam menções ao ex-presidente brasileiro Getúlio Vargas, morto em 1954<sup>2</sup>. Como mostraremos a seguir, as figuras de retórica comparativas que são compostas a partir dos dados históricos têm um importante papel no processo de comunicação persuasiva na medida em que são capazes de mobilizar as três categorias descritas por Aristóteles para dividir os meios discursivos que influenciam o auditório: o *logos*, o *ethos* e o *pathos*.

### **Notas Preliminares: a figura de Getúlio Vargas no imaginário político brasileiro**

A figura do ex-presidente brasileiro Getúlio Vargas sempre foi controversa no imaginário político do país. Até hoje os historiadores se esforçam para obter uma posição consensual sobre o que seu período e suas ações represen-

---

<sup>2</sup>O presente artigo faz parte da pesquisa de mestrado da autora (em andamento), cujo objetivo é avaliar como os dados históricos são utilizados para a composição da reportagem jornalística.



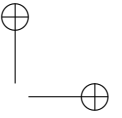
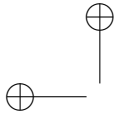
taram para a história nacional. Isso porque, como bem coloca a pesquisadora Marieta de Moraes Ferreira, “se trata de um personagem bastante ambíguo - se por um lado contribuiu com inegáveis avanços para o desenvolvimento do país, por outro liderou um período autoritário e de repressão política em seu primeiro governo (1930-1945)” (FERREIRA, 2008: 15).

Além disso, os diferentes períodos políticos atravessados pelo Brasil nos anos posteriores à sua morte determinaram a veiculação de interpretações diversas a respeito de seu legado. “À experiência democrática iniciada em 1946 sucederam-se, a partir de 1964, vinte anos de ditadura militar, até que em 1985 se iniciasse novo processo de construção da democracia. Para cada um desses momentos veio à tona um Vargas diferente” (FERREIRA, 2008: 15).

Ferreira alinhava muito bem essas mudanças a partir de uma pesquisa que analisou as matérias publicadas no *Jornal do Brasil* nos aniversários decimais da morte de Getúlio. Para a pesquisadora, “não poderia haver momento pior para o cultivo da memória de Vargas” (FERREIRA, 2008: 15) do que durante a comemoração de dez anos do suicídio do ex-presidente, uma vez que a tônica geral das reportagens se articulou em torno do fim de sua era. Apesar de apresentar o ex-presidente de uma forma simpática, a matéria principal sobre esse assunto no jornal deste dia intitulava-se, justamente, “A queda do império getuliano”.

Dez anos mais tarde, a situação muda. Em 1974 - e apesar das comemorações promovidas tanto pelo MDB quanto pela ARENA - o jornal desconstrói qualquer sinalização de simpatia para com o ex-presidente, enfatizando os elementos autoritários e arbitrários de seu regime. A tentativa de estabelecer paralelos com a ditadura militar não poderia ser mais manifesta: a condenação às arbitrariedades do Estado Novo é uma forma de chamar a atenção para o estado de coisas que se desenvolviam durante os governos militares<sup>3</sup>.

<sup>3</sup>A autora enfatiza, por exemplo, um artigo do jornalista Carlos Castello Branco, intitulado “A Ditadura”, onde ele “rememora a censura praticada no Estado Novo, a ação repressora do governo diante das manifestações políticas e as prisões efetuadas. A figura que emerge é a do Vargas ditador, odiado por aqueles que defendiam a liberdade de expressão e a democracia. Para Castello Branco, a ditadura de Vargas propiciava a ‘corrupção sob todas as formas e se tornava ineficiente como fator de mobilização para o trabalho (...). A ditadura é por definição centrada, mas no Brasil daqueles tempos, sem comunicações, havia além de uma ditadura estadual, ditaduras culturais” (FERREIRA, 2008: 16).



Por fim, durante a década de 90, o espírito de fim da era Vargas é articulada novamente, tendo como mote a desarticulação da política econômica intervencionista, representada por Getulio, expressa como um comportamento atrasado por amplos setores da mídia nacional.

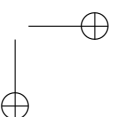
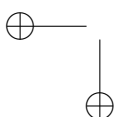
Na revista *Veja*, foram encontrados, durante o período de 1968 a 2008, 182 textos que estabeleciam comparações entre um acontecimento recente e algum fato relevante da Era Vargas, o que corresponde a aproximadamente um quarto de todas as matérias publicadas que faziam menção ao ex-presidente no semanário. Em razão do pouco espaço, mostraremos alguns exemplos de como essas analogias foram compostas e quais as figuras de linguagem elas mobilizavam, bem como os efeitos de sentido obtidos a partir dessas construções.

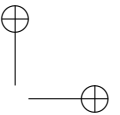
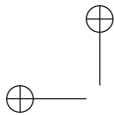
### **As figuras de retórica comparativas compostas a partir de dados históricos**

Ao explicar como funciona a lógica argumentativa, Breton enfatiza o “duplo gatilho” em que ela está inserida: “primeiro se enquadra, em seguida se liga” (BRETON, 1999: 67). Em outras palavras, a argumentação é constituída de duas fases distintas nas quais, em um delas, o orador se esforça em construir um real comum com o seu público e, em seguida, constrói um vínculo entre esse acordo e a opinião proposta. A forma como os dados históricos são usados enquanto dados argumentativos não poderia funcionar de forma diferente. Eles funcionam como uma forma de enquadrar determinada realidade, com base em um suposto passado comum para que, em seguida, o orador possa mostrar de que forma os eventos recentes estão inseridos em um espectro temporal mais amplo e qual o significado que eles adquirem dentro deste sistema.

Neste mesmo sentido, Breton (1999) esclarece que a particularidade dos argumentos analógicos está no fato de que eles implicam um raciocínio que ligue duas zonas do real. Ou seja, se nos argumentos do tipo dedutivo, o acordo prévio deve ser construído passo a passo e de uma forma coerente; nos do tipo analógico, se supõe ou se inventa um vínculo entre as duas zonas:

Ao contrário do caso do argumento dedutivo, em que a transferência do acordo se faz ao longo de uma cadeia contínua, estamos aqui em um espaço





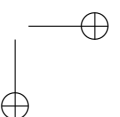
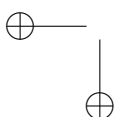
descontínuo, em que a palavra se permite saltos que ela teria dificuldade em justificar explicitamente em outras circunstâncias. A ponte lançada entre as duas zonas do real se justifica assim apenas porque ela permite passar de uma margem à outra (BRETON, 1999: 131).

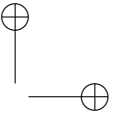
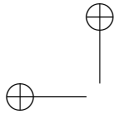
As analogias, portanto, são esquemas retóricos que constroem uma estrutura do real que permite provar uma verdade graças a uma semelhança de relações. O seu esquema pode ser descrito a partir da afirmação de que A está para B assim como C está para D. Perelman (1997) explica que é fundamental que o primeiro par (A-B) seja menos conhecido do que o segundo, que o deve estruturar graças à analogia. Desta forma, elas deslocam a adesão do indivíduo ouvinte daquilo que é conhecido para o que é desconhecido.

As analogias possuem, portanto, uma relação íntima com as figuras de retórica: “por esta capacidade de instaurar um princípio de identidade entre coisas que, genericamente, são desiguais, a analogia aproxima-se de figuras como a alegoria, a comparação, a metáfora e a símile” (CEIA, 2009). No caso da metáfora, por exemplo, Aristóteles explica que diversas construções metafóricas podem ser formadas a partir das relações analógicas. Em outras palavras, se estabelecemos uma relação analógica tal como “A urna está para Dionísio assim como o escudo está para Ares” (uma analogia), poderá se referir à urna como “escudo de Dionísio” ou poderá se referir ao escudo como “urna de Ares” (exemplos de metáforas).

A analogia também é parte integrante na formação das comparações uma vez que se estabelece a partir de uma relação de semelhança entre dois objetos de natureza diferentes. É necessário sublinhar, no entanto, que enquanto as analogias sempre são formadas a partir de relações de semelhanças, as comparações podem abarcar, também, relações de dessemelhanças. “Estabelecemos uma analogia entre dois textos, por exemplo, para dizer o que os aproxima um do outro; se quisermos dizer o que os separa, mesmo na sua eventual similitude, estabelecemos uma comparação. O que é comum aos dois processos é a identificação de correspondências entre dois objetos” (CEIA, 2009).

Isso posto, podemos pontuar algumas construções analógicas que utilizam as figuras de retórica de ordem comparativa como recurso, para que possamos analisar sua importância no processo de comunicação persuasiva. Iremos recorrer a alguns casos de disfemismos, comparações e alegorias.





## Disfemismos

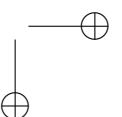
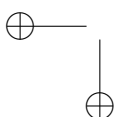
Se os eufemismos são figuras de retórica que buscam amenizar expressões tidas como impróprias ou deselegantes, os disfemismos, contrariamente, reforçam essas expressões e “visam ferir determinados tabus de ordem religiosa, moral e social” (MASCARENHAS, 2009). Não é por acaso que *dysphemia* significasse, para os gregos, as palavras de mau agouro, de desgraça. O disfemismo, portanto, enquanto palavra rude, horrível, agressiva, aumenta a negatividade de uma expressão.

Embora não se constituam necessariamente como figuras retóricas comparativas, os disfemismos podem assumir essa função em textos como a reportagem “Memória Nacional”, publicada na edição de 7 de Abril de 1993 da revista *Veja*. A pauta era a venda de 70% da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) - que deixava, com isso, de ser uma empresa estatal. O lead da matéria a apresentava da seguinte maneira:

Símbolo da industrialização promovida pelo Estado, a Companhia Siderúrgica Nacional, a estatal fundada por Getúlio Vargas em 1941, tornou-se uma empresa privada na sexta-feira passada. O barulho em torno da venda de suas ações no leilão realizado no Rio de Janeiro foi grande. Manifestantes de esquerda chutaram representantes dos bancos e corretoras envolvidos no negócio, cantaram hinos nacionalistas, exibiram faixas, mas o monumento do Estado Novo ruiu assim mesmo (VEJA, 7/4/1993: 78).

No final da terceira frase do parágrafo, o termo “Companhia Siderúrgica Nacional” é substituído pela expressão “monumento do Estado Novo”. A expansão lexical se configura, neste contexto, como uma disfemia na medida em que liga a imagem da CSN à carga negativa da ditadura, realocando, desta forma, seu significado. A qualificação da CSN enquanto um monumento do Estado Novo compara a formação da empresa com a situação presente (anterior à privatização), atribuindo-lhe também certa negatividade.

Mais do que uma simples referência histórica, a expressão “monumento do Estado Novo” se configura, portanto, como um disfemismo de tipo comparativo. A consequência deste processo está no fato de que as referências históricas do trecho, portanto, mais do que informar, qualificam a informação dada, uma vez que são capazes de mobilizar figuras condensadas de valores de fácil entendimento.



## Comparações

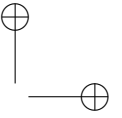
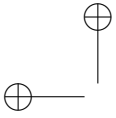
Conforme já havíamos colocado, a comparação é uma figura de retórica que aproxima dois termos entre os quais existe uma relação de semelhança. Sua particularidade está alocada no fato de que essa conformidade deve ser expressa por meio de um conectivo e ter como objetivo ressaltar determinada qualidade do termo. Diferentemente da metáfora, portanto, os pensamentos auxiliares utilizados para melhor compreensão dos dados inicialmente pensados devem ser postos de forma explícita.

Quando José Sarney assume a presidência, Veja se posiciona como contrária a uma série de medidas de seu governo. Por isso, em diversas ocasiões, suas reportagens refletiam essa postura ao comparar atos de Sarney a atos de Vargas, como forma de ressaltar o autoritarismo ligado a imagem de Getúlio. Para citarmos um exemplo, poderíamos recorrer à matéria “O Sarney das Multidões”, publicada em 12 de Março de 1986. A reportagem critica a figura dos “fiscais do Sarney”<sup>4</sup> como sendo uma atitude oportunista do presidente para angariar o apoio das massas nos seguintes termos:

Como Getúlio Vargas, José Sarney faz um governo que parece estar acima das classes e dos grupos sociais organizados. Atua com base em medidas de grande impacto e estimula mobilizações apoiadas em órgãos do governo. Da mesma forma que Getúlio inventou os sindicatos atrelados ao Ministério do Trabalho para poder controlar o movimento operário, na mobilização contra o aumento dos preços o povo é convocado para pedir ajuda às prefeituras ou auxiliar o trabalho da SUNAB. Com a reforma da economia, por sinal, aparecem dois outros traços da biografia de Vargas em sua bagagem. Getúlio criou o salário mínimo, Sarney candidata-se a um lugar na História com a inflação zero. Em 1942, Getúlio criou o cruzeiro. Quatro décadas mais tarde, Sarney inventou o cruzado. Desde então, essa ideia passeia pelo bolso de todo brasileiro (VEJA, 12/3/1986: 66).

<sup>4</sup>O Plano Cruzado decretado por Sarney, com o objetivo de frear o aumento da inflação, decretou uma série de medidas tais como: o congelamento dos preços, a renegociação dos títulos do governo e o aumento do salário mínimo. Apesar do início com um relativo sucesso, o plano não deu certo. A demanda por produtos acabou sendo maior do que a oferta, o que favorecia o aumento de preços que, por sua vez, eram contidos através dos congelamentos. A figura do “Fiscal do Sarney” era configurada por cidadãos comuns que deveriam dar queixa à polícia caso observassem casos em que o congelamento não estava sendo cumprido por determinados comerciantes.





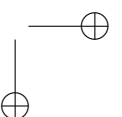
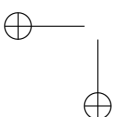
Nesta reportagem, o Estado Novo de Getúlio Vargas é apresentado como um paradigma das medidas autoritárias que se desenrolam quando um chefe de Estado consegue obter uma popularidade excessiva. A partir da figura de retórica da comparação (“como Getúlio Vargas), a matéria indica explicitamente que esse aumento de popularidade estaria sendo obtido por Sarney, o que sugere um possível retorno de um estado político semelhante ao que se desenrolara durante o período da ditadura varguista.

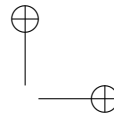
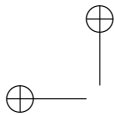
### Alegorias

A “alegoria” pode ser descrita, de uma forma geral, como uma representação que expressa uma determinada realidade para dar a ideia de outra através de uma ilação moral. Como bem explica Carlos Ceia:

Etimologicamente, o grego *allegoría* significa “dizer o outro”, “dizer alguma coisa diferente do sentido literal”, e veio substituir ao tempo de Plutarco (c.46-120 d.C.) um termo mais antigo: *hypónoia*, que queria dizer “significação oculta” e que era utilizado para interpretar, por exemplo, os mitos de Homero como personificações de princípios morais ou forças sobrenaturais, método que teve como foi especialista Aristarco de Samotrácia (c.215-143 a.C.). A alegoria distingue-se do símbolo pelo seu caráter moral e por tomar a realidade representada elemento a elemento e não no seu conjunto. Muitas vezes definida como uma metáfora ampliada, ou, como dizia Quintiliano, no *Institutio Oratoria*, uma “metáfora continuada que mostra uma coisa pelas palavras e outra pelo sentido”, a alegoria é um dos recursos retóricos mais discutidos teoricamente ao longo dos tempos. A mesma correlação é estabelecida por Cícero no *De Oratore*, onde a alegoria é vista como um sistema de metáforas. Uma forma de distinguir metáfora e alegoria é a proposta pelos retóricos antigos: a primeira considera apenas termos isolados; a segunda, amplia-se a expressões ou textos inteiros (CEIA, 2009).

Neste sentido, as parábolas podem servir como bons exemplos de alegorias, na medida em que esta se reporta a histórias e situações que jogam com os interstícios e duplos sentidos da linguagem de forma que possibilite identificar nesta história um sentido mais profundo do que o aparente, sempre se reportando a um caráter moral. No entanto, para que as fábulas se configurem como alegorias é necessário que se observem algumas condições como: (1)





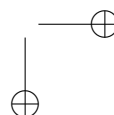
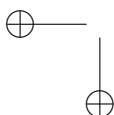
“não jogar com a significação metafórica, isto é, não produzir mais do que uma leitura do sentido abstraído, porque é próprio da alegoria não fazer uso da ambiguidade ou da plurissignificação, sob a pena de se perder a ilação moral procurada” (CEIA, 2009); e (2) o sentido alegórico deve ser de rápida e clara compreensão, pois qualquer dado que desvie a atenção do leitor pode caracterizar uma metáfora e não uma alegoria.

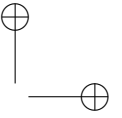
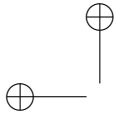
Em diversas reportagens, alegorias sobre as situações da atualidade são construídas a partir de dados históricos. É o caso, por exemplo, da matéria “Lei do dinheiro barato”, publicada em 1988, que discutia o tabelamento de juros proposto por aqueles que se empenhavam na construção da nova carta de leis brasileira. Segundo a revista, essa era uma medida “gigantesca pela ambição, exótica pelo conteúdo e estapafúrdia pelo resultado” (VEJA, 18/5/1988: 18). Para mostrar o quanto ela destoava do bom senso, a reportagem constrói um quadro distópico-alegórico, mostrando que o balanço das consequências dos atos daqueles que foram contra a taxa de juros, historicamente, sempre foram más e geraram distorções:

A bibliografia dos adversários das taxas de juros é tão antiga quanto rica, e nela figuram autores como São Tomás de Aquino, adversário dos juros numa época em que a Igreja Católica fundava em dívidas, e Vladimir Ilitch Lênin, fundador da União Soviética – onde os juros foram abolidos até porque não tinham utilidade numa economia em que não há mercadorias de consumo para serem comprados a prazo. O islamismo de Maomé condena os juros – mas os bancos árabes de Londres são integrantes do mercado financeiro internacional como qualquer outro estabelecimento. Em 1933, Getúlio Vargas criou a lei da usura e fixou os juros em 12% - e a carência do dinheiro, nessa fase, era grande para todo mundo, menos para quem tinha amigos no governo (VEJA, 18/5/1988: 20).

Não se trata, de fato, da construção de uma alegoria perfeita, na medida em que o duplo sentido dos personagens em questão não está totalmente definido e/ou explicitado. Mas podemos afirmar que se trata, sem dúvida, de uma construção que possui uma intencionalidade alegórica por duas razões.

Primeiramente porque se mantém o mecanismo tipicamente alegórico de “dizer o outro” ou “dizer alguma coisa diferente do sentido literal”. Isso fica claro na medida em que a reportagem conta a História de personagens tão distintos quanto São Tomás de Aquino, Lênin, Maomé e Getúlio Vargas, de forma a aproximar o elemento comum que os liga – segundo a interpretação





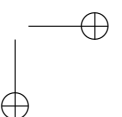
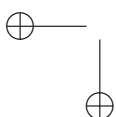
da revista, trata-se da prova cabal de que o tabelamento de juros sempre teve, ao longo da História, consequências deploráveis. A finalidade do trecho é, pois, aproximar os fatos passados da atualidade para concluir que o resultado do novo tabelamento de juros propostos pelos constituintes só poderia ser tão ruim quanto havia sido no passado. Desta forma, representa-se uma coisa (o passado do tabelamento de juros) para dar a ideia de uma outra coisa que não o seu sentido literal (o provável futuro da economia do país, caso a medida fosse aprovada), através de uma ilação moral (suas consequências só poderiam ser ruins).

Também podemos afirmar a intencionalidade alegórica porque a construção textual é edificada a partir de personalidades históricas controversas: elas poderiam figurar em uma série de narrativas diferenciadas, até mesmo naquelas que defenderiam o tabelamento de juros, mas este duplo sentido é resolvido a partir da intervenção do comentador, de modo a não deixar margem para a significação metafórica.

Podemos citar outros exemplos de reportagens que seguem a mesma construção baseada em uma intencionalidade alegórica. O texto “Cresce a solidão do presidente”, publicada na edição de 05 de Abril de 2006 segue essa estrutura. O texto de Otávio Cabral e Leandra Peres, feito logo após a queda de Antônio Palocci do governo, diz que o presidente Lula havia perdido a última referência de solidez de seu governo. A solidão política do presidente é comparada, então a outros casos similares na História do país:

Na História brasileira não são incomuns os presidentes que acabaram presas de uma solidão profunda. Getulio Vargas, apesar de ainda contar com aliados de peso e de respeito, sentiu-se tão só a ponto de disparar um tiro no peito, em 1954. Jânio Quadros é outro que, ao assumir, rompeu com o próprio partido e, num lance radical de populismo que não deu certo, renunciou ao cargo em 1961. Na história mais recente, Fernando Collor, às vésperas do seu impeachment, chegou aos extremos de isolamento em palácio. Contava apenas com alguns amigos, e nada mais. O caso de Lula, no entanto, tem características especiais. Sua solidão parece mais aguda porque não perdeu somente auxiliares de extrema importância. Perdeu companheiros de vida (CABRAL e PERES, 5/4/2006: 66).

As consequências supostas por Veja que adviriam da solidão do presidente Lula são claramente expostas a partir das alegorias históricas que ela emprega. Diz-se, portanto que Getulio Vargas, Jânio Quadros e Fernando Collor, todos



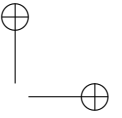
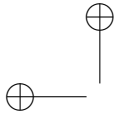
eles políticos controversos na História do país, são postos como um modelo exemplar para analisar a situação: os três também se sentiram politicamente sós e, mais importante do que isso, os três não acabaram bem na política brasileira. A intencionalidade, porém, é distinta do que está expresso literalmente no texto e indica que um fim do governo Lula, a partir de um mecanismo lógico que remete a uma ilação moral, é visto como uma consequência da roda da História.

Como já havíamos indicado, as figuras de retórica comparativas que são compostas a partir de dados históricos são poderosos recursos argumentativos e possuem um importante papel no processo de comunicação persuasiva na medida em que são capazes de mobilizar, ao mesmo tempo, as três categorias persuasivas descritas por Aristóteles: o *logos*, o *ethos* e o *pathos*. Esse será o assunto do próximo tópico.

### **Logos, Ethos e Pathos nas figuras de retórica comparativas construídas a partir de dados históricos**

Em sua Retórica, Aristóteles propôs dividir os meios discursivos capazes de influenciar o auditório em três categorias. De um lado, pertencente ao domínio da razão, o filósofo situou o *logos* ou, em outras palavras, os elementos que possuem o potencial de convencer. Do outro, ele colocou os dados ligados à emoção, capazes de comover ou sensibilizar a plateia: ou seja, o *ethos* (ligado à imagem de si e à credibilidade do arguidor) e o *pathos* (referente às paixões despertadas no auditório).

Como bem explica Paulo Serra, embora Aristóteles não nos forneça uma definição explícita desta persuasão que é objetivo do discurso retórico, está subjacente à concepção aristotélica a ideia de que “a persuasão é um processo através do qual um orador, dotado de um certo caráter ou credibilidade (*ethos*), procura levar um determinado auditório, com as suas emoções próprias (*pathos*), mediante um discurso incluindo um certo conjunto de argumentos lógicos (*logos*)” (SERRA, 2008: 6). Ou seja, para Aristóteles, a persuasão é um produto da articulação entre esses três elementos, embora a importância que cada um deles assume possa variar de acordo com a situação. Neste sentido, o discurso a ser propagado será tão mais eficiente quanto con-



siga mobilizar o *logos*, o *ethos* e o *pathos* de forma mais satisfatória. Segundo as palavras do próprio Aristóteles:

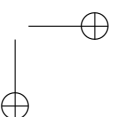
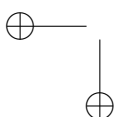
“(...) uma vez que a retórica existe para influenciar as decisões dadas (...) o orador não tentará apenas fazer de seu argumento um recurso demonstrativo e confiável, mas deverá fazê-lo com personalidade, olhando diretamente para seus ouvintes, que irão decidir, e inseri-los no estado psicológico adequado” (2007: 81).

O que gostaríamos de explicitar, neste artigo, é o fato de que as figuras de retórica comparativas compostas a partir de dados históricos utilizadas no jornalismo possuem um importante papel na comunicação persuasiva uma vez que conseguem mobilizar as três categorias expostas por Aristóteles. A eficácia desta mobilização, embora deva ser analisada caso a caso, pode ser medida a partir de algumas ilações de caráter geral sobre a forma como o *logos*, o *ethos* e o *pathos* são mobilizados no jornalismo a partir da construção de figuras de retórica a partir dos dados históricos.

A respeito do *logos*, não é muito difícil pensarmos em sua inserção no nosso objeto de estudo. Enquanto elemento que leva à persuasão pela prova discursiva e pela razão aliada ao conhecimento, o *logos* está presente no material analisado uma vez que ele trabalha com dados supostamente científicos. Ou seja, os dados históricos utilizados na composição das figuras de linguagem são formulados a partir de elementos pertencentes ao domínio da razão.

Para pensarmos convenientemente na maneira como o *logos* é mobilizado no material estudado é imprescindível pensarmos nos tipos de argumentos mobilizados pelas figuras de linguagem analisadas. E, para isso, precisamos nos voltar à questão de, em que medida, os historiadores vêem o passado enquanto um elemento científico-interpretativo válido para o presente. Este questionamento é tratado de uma forma muito semelhante por estudiosos tão diferentes quanto Carr, Le Goff e Hobsbawn.

Em suma, o que todos esses historiadores concordam, é com o fato de que “não há, em história, leis comparáveis às que foram descobertas no domínio das ciências da natureza – opinião largamente divulgada hoje com a refutação do historicismo e do marxismo vulgar e a desconfiança perante os filósofos da história” (LE GOFF, 2003: 44). Não obstante isso, “o trabalho histórico tem por fim tornar inteligível o processo histórico e que esta inteligibilidade conduz ao reconhecimento da regularidade na evolução histórica” (LE GOFF,



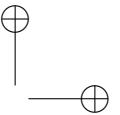
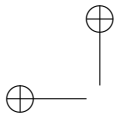
2003: 44-45). Em outras palavras, a contribuição dos historiadores para a exploração do presente imediato e do futuro se limita, segundo Hobsbawn (2005), é estabelecer as condições e as potencialidades da ação humana, a distinguir entre o previsível e o imprevisível nos diferentes tipos de previsão e colocar em descrédito os exercícios de futurologia implausíveis. O que é, sem dúvida, muito diferente de estabelecer o que irá acontecer em situações específicas.

As pessoas não esperam que o historiador preveja que a revolução irromperá na Ruritânia no próximo mês. O tipo de conclusão que eles poderão traçar, em parte através do conhecimento específico dos negócios ruritanos e em parte através de um estudo da história, é que as condições na Ruritânia são tais que uma revolução está para ocorrer num futuro próximo se alguém a fizer explodir, ou a menos que alguém do lado do governo faça algo para detê-la (CARR, 1982: 103-104).

Os elementos textuais presentes nas figuras de linguagem estudadas possuem mecanismos muito similares ao descrito acima. Ao estabelecer uma comparação entre o governo Sarney e o governo Vargas ou ao investigar alguns casos de exemplos históricos sobre o tabelamento das taxas de juros, é enquanto um reconhecimento de um aspecto de regularidade na História que o argumento é estruturado. Em outras palavras, é enquanto exemplo, é enquanto uma prova intrínseca ligada à razão, que a figura de retórica estrutura seu conteúdo.

Enquanto elementos textuais que recuperam este tipo de argumentação (que apela para a razão do espectador através de dados que exploram a demonstração histórica através do exemplo) podemos afirmar, portanto, que o *logos* é um dos elementos persuasivos fundamentais constituintes nas figuras de linguagem que utilizam os dados históricos em sua composição.

Devemos levar em consideração, porém, o fato de que “o *ethos* assume, no processo de persuasão, a função de condição sine qua non do *logos*, que a força deste depende, ab initio, da força do *ethos* que o suporta” (SERRA, 2008). Em outras palavras, os elementos da razão que sustentam os discursos são eficientes na medida em que os lugares de onde eles partem se constituam enquanto vozes autorizadas de disseminação destes mesmos discursos. Precisamos analisar, portanto, se e de que forma o jornalismo constrói um *ethos* de credibilidade e legitimidade para se reportar a dados históricos.



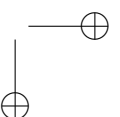
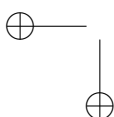
O *ethos*, como bem explica Charaudeau (2006:113), é este elemento que “permite ao orador parecer ‘digno de fé’, mostrar-se fidedigno, ao fazer prova de ponderação (a *phronésis*), de simplicidade sincera (a *arété*), de amabilidade (a *eunóia*)”. Ele está situado na aparência do ato de linguagem, na imagem que o sujeito constrói para si e está relacionado à percepção das representações sociais que tendem a essencializar determinadas características. Trata-se de uma identidade discursiva do enunciador relacionada aos papéis que este se auto-atribui durante o ato de enunciação. “O sujeito aparece, portanto, ao olhar do outro, com uma identidade psicológica e social que lhe é atribuída e, ao mesmo tempo, mostra-se mediante a identidade discursiva que ele constrói para si” (CHARAUDEAU, 2006: 115). Segundo o autor:

Toda construção do *ethos* se faz em uma relação triangular entre si, o outro e um terceiro ausente, portador de uma imagem ideal de referência: o si procura endossar essa imagem ideal; o outro se deixa levar por um comportamento de adesão à pessoa que a ele se dirige por intermédio dessa mesma imagem ideal de referência (CHARAUDEAU, 2006: 137).

No caso do objeto que estamos estudando, precisamos pensar na relação de dois *ethos* que se combinam: um deles relacionado à própria instituição da imprensa, ou seja, um *ethos* de credibilidade em si, enquanto uma instituição confiável na veiculação das informações; combinado com um *ethos* de legitimidade enquanto mediador dos dados históricos, enquanto um repositório legítimo dos dados do passado.

No primeiro caso, podemos afirmar que o *ethos* de credibilidade da imprensa em si, enquanto um mediador crível de informações, surge no século XIX. É somente nesse período que, a partir da expansão da noção de que a imprensa era um produto comercializável e rentável, que um novo pólo ideológico se firma, valorizando um jornalismo que cumprisse tanto o papel de promotor da “liberdade negativa” (ao “vigiar o poder político e proteger os cidadãos dos eventuais abusos dos governantes”) quanto da “liberdade positiva” (ao “fornecer aos cidadãos as informações necessárias para o desempenho de suas responsabilidades cívicas”) (TRAQUINA, 2005: 50).

Embora houvesse pessoas que, por exemplo, fizeram negócio com a venda de jornais durante a revolução francesa no fim do século XVIII, os jornais eram, sobretudo, armas na luta política, estritamente identificados com causas



políticas. Durante o século XIX, sobretudo com a criação de um novo jornalismo - a chamada *penny press* - os jornais são encarados como um negócio que pode render lucros, apontando com objetivo fundamental o aumento das tiragens. Com o objetivo de fornecer informações e não propaganda, os jornais oferecem um novo produto - as notícias, baseadas em ‘fatos’ e não nas ‘opiniões’ (TRAQUINA, 2005: 34).

Para nos reportarmos à diferença da imagem de si que a imprensa possuía antes do século XIX, basta nos lembrarmos, por exemplo, das palavras de Theophraste Renaudot, uma espécie de primitivo editor francês, que publicou, em sua *Gazette*, uma série de editoriais que refletiam sobre a função de suas publicações. Ele dizia que “a história é o relato das coisas acontecidas; a gazeta, apenas o rumor que as acompanha... Ela não mente, mesmo quando publica alguma notícia falsa que lhe foi fornecida como verdadeira. Só a mentira que ela forjasse propositalmente poderia, pois, torná-la digna de reprovação” (RENAUDOT apud ALBERT e TERROU, 1990: 9).

É com base nessa identificação entre os ideais democráticos e a imprensa, típica do século XIX, que Ciro Marcondes (2000: 10) afirma que “o jornalismo é filho legítimo da Revolução Francesa”. Isso porque o jornalismo teria se expandido nesta revolução-símbolo da destituição de todo sistema absolutista da Idade Média e da afirmação do espírito burguês criando, portanto, uma imagem de si diferenciada, relacionada aos ideais democráticos e à objetividade enquanto um valor deontológico-profissional.

O outro *ethos* envolvido na construção das figuras de linguagem comparativas elaboradas a partir dos dados históricos envolve a legitimidade da imprensa enquanto um repositório legítimo do passado.

Barbie Zelizer (1992), ao discorrer sobre como a mídia retratou a morte do presidente Kennedy anos após o fato, apontou para a existência de uma autoridade cultural atribuída aos jornalistas que fez com que eles se estabelecessem como as vozes autorizadas para falar da história da morte do trigésimo quinto presidente norte americano. Segundo a autora, a cobertura do assassinato de Kennedy revolucionou a prática jornalística norte americana não só porque demandou um envio rápido de informações durante um período de crise, mas também por ter legitimado o jornalismo televisivo como um mediador da experiência pública nacional.

A partir dessa legitimação inicial, segundo Zelizer, a discussão não se limitou à legitimação e ao ensino de determinadas práticas jornalísticas. A



discussão se estendeu para a valorização dos profissionais da mídia enquanto atores legítimos na interpretação da realidade e da História norte americana.

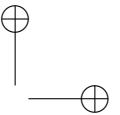
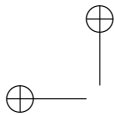
Esse *ethos* da imprensa como um mediador legítimo do passado nacional, como um repositório validado sobre o passado, encontra respaldo em alguns textos publicados pela revista Veja. Na Carta ao Leitor publicada na edição de 14 de Janeiro de 2009, por exemplo, a revista se dedicou a esmiuçar o sucesso alcançado por seu acervo digital (que disponibiliza todo o conteúdo da revista desde 1968), resumindo o conteúdo do portal como “um excelente curso (grátis) de História” (VEJA, 14/01/2009: 9).

Algumas vezes, a confirmação deste *ethos* de repositório legítimo do passado é reafirmado através de enunciações alocutivas, que implicam o leitor no ato enunciativo. Isso fica claro em chamadas como esta: “Assistiu à minissérie Maysa e quer saber mais sobre a cantora? Leia as reportagens originais de VEJA sobre seus shows, seus discos e sua morte, em 1977” (VEJA, 04/02/2009: 6). Ou ainda, no espaço Veja e Você: “Quais eram os assuntos discutidos por VEJA na semana em que você nasceu? E o que era notícia quando você completou 10, 20, 30 ou 40 anos?” (VEJA, 28/01/2009: 9).

Desta forma, podemos notar como a revista constrói uma imagem de si relacionada à sua capacidade de manter os leitores bem informados sobre o passado. Uma vez construído esse *ethos* através de enunciações em diversos textos presentes na revista, ele pode ser estendido às figuras de linguagem que utilizam os dados históricos em sua composição. Além de construir a imagem da revista como um repositório legítimo do passado do país, essas enunciações alocutivas contribuem para a formação de laços pessoais para com o passado apresentado pela revista.

Como bem atesta Jill Edy, “já se tornou um clichê afirmar que os jornalistas escrevem o primeiro rascunho da História. Uma atenção muito menor tem sido prestada para aqueles que fazem a reescrita. Frequentemente, os segundos rascunhos da História também são escritos por jornalistas” (EDY, 1999: 72 - tradução minha).

Ao usar a noção de “memória coletiva” como uma metáfora que formula a retenção ou a perda de informações de uma sociedade sobre o seu passado, Edy chega à conclusão de que a mídia se auto-intitula (e, por conseguinte, constrói uma imagem de si consonante) como um instrumento muito importante na construção da memória coletiva nacional do século XX nos Estados Unidos. Isso porque as histórias apresentadas na mídia, por toda a carga emo-

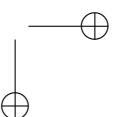
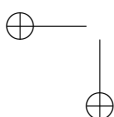


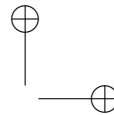
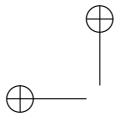
cional que se revestem, são muito mais impressionantes do que a apresentada em sala de aula. Além disso, enquanto a sala de aula ensina a história com uma cuidadosa atenção especial para a apresentação objetiva dos fatos, a mídia pode encorajar algumas conexões pessoais com o passado que está associado à memória coletiva.

Resta-nos pensarmos, por fim, no elemento *pathos* presente nas figuras de linguagem comparativas que utilizam os dados históricos em sua composição. Na retórica aristotélica, é suposto que o orador possa provocar determinados estados de espírito na plateia, que serão determinantes para a adesão ou para a rejeição da tese proposta. A lógica de Aristóteles sobre o *pathos* se refere, portanto, ao fato de que “quando as pessoas sentem-se afáveis e tolerantes, elas pensam num determinado tipo de coisa, mas quando estão furiosas e hostis, pensam essa mesma coisa numa intensidade diferente ou pensam em algo totalmente diferente” (ARISTÓTELES, 2007: 81). O *pathos*, portanto, trata do modo como o orador pode despertar, convenientemente, determinadas disposições de espírito em seu auditório.

Para alguns autores, a evocação do passado funcionaria como um elemento argumentativo importante na evocação destas emoções relacionadas ao *pathos*, na medida em que pode funcionar como um criador de um *communitas*. Em outras palavras, isso aconteceria porque o passado é capaz de resgatar determinadas situações de liminaridade histórica que modificam as relações sociais normais, unindo as pessoas a partir da reafirmação dos laços comunitários. A mídia, enquanto elemento da cultura, é capaz de recriar tais situações de *communitas* através do enquadramento do passado e da reencenação dessas situações-limite. Esta é a perspectiva de Carolyn Kitch (2005) quando ela afirma que “assim como os bombeiros heróis do 11 de Setembro, as celebridades que são mais constantemente lembradas são aquelas cujas vidas podem ser contadas de uma maneira que suporte a todos nós, e cujas mortes possam ser entendidas como um momento de pausa, no jornalismo, para avaliarmos quem nós somos” (KITCH, 2005: 62).

No estudo de Kitch, portanto, a evocação do passado é capaz de criar uma situação de *communitas*, na medida em que efetua uma pausa na cobertura incessante dos fatos do presente, em direção a uma reinterpretação dos laços comunitários. Essa característica perpassa as reportagens retrospectivas, as evocações do passado nas coberturas dos grandes eventos, a lembrança de celebridades mortas, as publicações sobre o passado destinado a públicos seg-





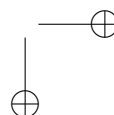
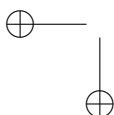
mentados, entre uma série de outras modalidades em que o passado pode ser reapropriado pela imprensa.

Desta forma, a imprensa enquanto criadora de *communitas* tem sua função mais aparente realocada. Para Kitch, ela se desloca de seu funcionamento como um instrumento mediador de informações, em direção à representação dos interesses compartilhados, em uma espécie de cerimônia que une as pessoas em torno de uma série de valores comuns, a partir da reencenação de determinadas situações-limite.

Essas situações-limite, capazes de reafirmar determinados laços comunais e despertar certos estados de espírito na plateia, são convenientemente exploradas nas figuras de linguagem analisadas. Ao associar a atuação de Sarney no governo executivo aos atos concretizados por Vargas durante o Estado Novo, a comparação estabelecida aciona uma situação traumática do passado do país para explicar a atualidade. Mais do que um mecanismo que pode convencer pelos elementos racionais presentes na comparação, ela possui um poder de argumentação pela sedução: através da reencenação de uma ferida histórica, ela possui a capacidade de despertar estados de espírito de raiva ou de frustração do leitor para com o atual presidente, corroborando, assim, a tese da publicação.

O mecanismo fica ainda mais claro nos *disfemismos* (como a substituição da expressão “Companhia Siderúrgica Nacional” por “Monumento do Estado Novo”) e nas alegorias. Em todos os exemplos citados, à rejeição de uma ideia pela revista correspondia a citação de personagens históricos controversos e polêmicos que defendiam esta mesma ideia. Personagens estes que, como Lênin, Maomé e Vargas são capazes de despertar sentimentos de desprezo em um público pressuposto pela revista.

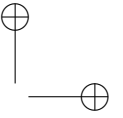
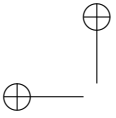
Isso posto, as figuras de retórica que utilizam os dados históricos em sua composição, têm sua função mais aparente realocada. Além de contribuir para valorizar o texto jornalístico, tornando sua linguagem mais expressiva, elas se tornam um poderoso recurso argumentativo e atuam um importante papel na comunicação persuasiva na medida em que são instrumentos eficazes na mobilização do *logos*, do *ethos* e do *pathos*, articulando esses três elementos satisfatoriamente em torno de determinados objetivos da publicação.



## Referências Bibliográficas

- ALBERT, Pierre e TERROU, Fernand. *História da Imprensa*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- ARISTÓTELES. *Retórica* (trad. Marcelo Silvano Madeira). São Paulo: Rideel, 2007.
- BRETON, Philippe. *A Argumentação na Comunicação* (trad. Viviane Ribeiro). Bauru, São Paulo: EDUSC, 1999.
- CABRAL, Otávio e PERES, Leandra. “Cresce a solidão do presidente”. *Veja*. São Paulo: Editora Abril, 05/04/2006, p.64-67.
- CARR, Edward Hallet. *Que é História?* (trad. Lúcio Maurício de Alverga). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- CEIA, Carlos. s.v. “Analogia”. *E-Dicionário de Termos Literários*. Coord. de Carlos Ceia. <http://www.fcsh.unl.pt/edtl>. Acesso em 11/01/2009.
- CEIA, Carlos. s.v. “Alegoria”. *E-Dicionário de Termos Literários*. Coord. de Carlos Ceia. <http://www.fcsh.unl.pt/edtl>. Acesso em 11/01/2009.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso Político* (trad. Fabiana Komesu e Dilson Cruz). São Paulo, Contexto, 2006.
- EDY, Jill. “Journalistic Uses of Collective Memory”. *Journal of Communication*, volume 49, número 2, 1999, p. 71-85.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. “Mal ou bem, só falam dele”. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Ano 03, número 35. Rio de Janeiro: SABIN, agosto de 2008, p.14-19.
- HOBBSAWN, Eric. *Sobre História* (trad. Cid Knipel Moreira). São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- KITCH, Carolyn. *Pages from the Past: history & memory in american magazines*. North Carolina: The University of North Carolina Press, 2005.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória* (trad. Bernardo Leitão). Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2003.

- MARCONDES FILHO, Ciro. *Jornalismo: a saga dos cães perdidos*. São Paulo: Hacker Editores, 2000.
- MASCARENHAS, Isabel Branco de. s.v. “Disfemismos”. E-Dicionário de Termos Literários. Coord. de Carlos Ceia.  
<http://www.fcsh.unl.pt/edtl>. Acesso em 11/01/2009.
- MUCCI, Latuf Isaias. s.v. “Figuras de Linguagem”. E-Dicionário de Termos Literários. Coord. de Carlos Ceia.  
<http://www.fcsh.unl.pt/edtl>. Acesso em 11/01/2009.
- PERELMAN, Chaïm. *Retóricas*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- RICOEUR, Paul. *A Memória, a História, a Esquecimento* (trad. Alain François). Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2007.
- SERRA, Paulo. “A relação entre *ethos* e *logos* no proceso de comunicação”. Biblioteca On-Line de Ciências da Comunicação. Covilhã: Labcom, 2008.
- TRAQUINA, Nelson. *Teorias do Jornalismo. Por que as notícias são como são*. Florianópolis: Insular, 2005.
- VEJA. “O Sarney das multidões”. *Veja*. São Paulo: Editora Abril, 12/03/1986, p.62-66.
- VEJA. “Lei do dinheiro barato”. *Veja*. São Paulo: Editora Abril, 18/05/1988, p.18-20.
- VEJA. “Memória nacional”. *Veja*. São Paulo: Editora Abril, 07/04/1993, p.78-80.
- VEJA. “Um passeio pela História”. *Veja*. São Paulo: Editora Abril, 14/01/2009, p.8-9.
- VEJA. “Veja e Você”. *Veja*. São Paulo: Editora Abril, 28/01/2009, p.9.
- VEJA. “Destaques do acervo”. *Veja*. São Paulo: Editora Abril, 04/02/2009, p.6.



ZELIZER, Barbie. *Covering the Body: the Kennedy assassination, the media and the shaping of collective memory.* Chicago: University of Chicago Press, 1992.

